



TERRITORIALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: A VIOLÊNCIA URBANA NO BAIRRO DO JURUNAS¹

SILVA, Felipe²

PIRES, Ruan³

BITENCOURT, Thiago⁴

RESUMO

Neste artigo, objetivamos analisar o processo favelização constante que as grandes capitais brasileiras vem sofrendo nos últimos anos. Propomos trabalhar com os conceitos de territorialização e a produção do espaço como um dos fatores que nos levam a entender de que forma a violência urbana em Belém/PA, com destaque para o bairro do Jurunas. Analisaremos os processos responsáveis pela territorialização perversa e a crescente violência do bairro a fim de compreender seus precedentes e suas consequências no processo de ocupação do espaço urbano de forma desordenada, e consequentemente o aumento da violência na localidade, observando os anseios populacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Bairro do Jurunas; Territorialização; Produção do Espaço; Violência Urbana.

ABSTRACT

In this article, we analyze the process slums constant that large capitals has suffered in recent years. We propose to work with the concepts of territorialization and the production of space as one of the factors that lead us to understand how urban violence in Belém / PA, highlighting the neighborhood's Jurunas. Analyze the processes responsible for territorial perverse and growing violence in the neighborhood in order to understand its antecedents and its consequences in the process of urban space in a disorderly way, and consequently the increase of violence in the town, watching the yearnings population.

KEYWORDS: District Jurunas; Territorialization; Production of Space, Urban Violence.

¹Trabalho orientado pelo Prof. Dr Clay Anderson Nunes Chagas da Universidade do Estado do Pará, para a realização em artigo.

²Graduandos em Geografia pela Universidade do Estado do Pará, felipekevin_15@hotmail.com

³Graduandos em Geografia pela Universidade do Estado do Pará, rferreirapires@gmail.com

⁴Graduandos em Geografia pela Universidade do Estado do Pará, Thiagobitencourt@hotmail.com



1. INTRODUÇÃO

Belém, assim como muitas capitais brasileiras sofre em seu desenvolvimento urbano, o processo de favelização. A construção da zona periférica de Belém trouxe grandes problemas que atualmente podem ser visualizado em seu espaço. A evolução da capital criou uma fragmentação que não se preocupou com o avanço das ocupações espontâneas nas áreas de baixadas, nas quais habitam pessoas de maioria pobre e pouco inseridas no mercado de trabalho formal. Dessa forma, os espaços urbanos que não eram propícios para o mercado imobiliário foram ocupadas sem muita preocupação com a estrutura, que contribuiu para a formação de uma categoria urbana favelizada caracterizada por segregação sócio-espacial vivenciada por muitas metrópoles brasileiras ainda hoje. (SANCHES, 2010).

Por outro lado, esses espaços periféricos contribuíram para a reprodução de violência em Belém, que com o passar dos tempos vai se territorializando e se solidificando no território, além de comprometer a qualidade de vida da população. Dessa maneira, o tráfico de drogas em Belém, vem se destacando nos últimos anos e junto dele, a criminalidade violenta.

Sandy Bouth Sanches (2010) realiza uma abordagem sobre a ocupação das áreas de baixadas oriundas, na maioria, da população que residia nas ilhas e nos campos, que vieram para a cidade:

A ocupação intensa da periferia de Belém se dá, sobretudo em direção as suas áreas de baixadas, ou seja, aquelas áreas desvalorizadas e que não são de interesse do setor de construção civil. Assim, até a década de 40 a ocupação urbana estava mais concentrada no centro da cidade. Mas a partir das décadas de 60/70 e 80, a periferia passa a sofrer um intenso processo de ocupação espontânea, impulsionada pelo êxodo rural, pela crise econômica e pela valorização do centro com expulsão da população de baixa renda para outras áreas, justamente aquelas sem ou com precária infraestrutura. (SANCHES, 2010, p. 03).

Ao ponderarmos a existência de uma dicotomia social, ou de uma segregação sócio espacial, percebemos que a forma desordenada da ocupação do bairro do Jurunas, proporcionou uma marginalização de algumas áreas desse espaço, onde parte do território é destinada para aqueles de poder aquisitivo maior. Por via de pesquisas realizadas sobre o ecúmeno, analisaremos e territorialização desordenada e a crescente violência do bairro do Jurunas. A fim de compreender como a ocupação do espaço de forma desordenada

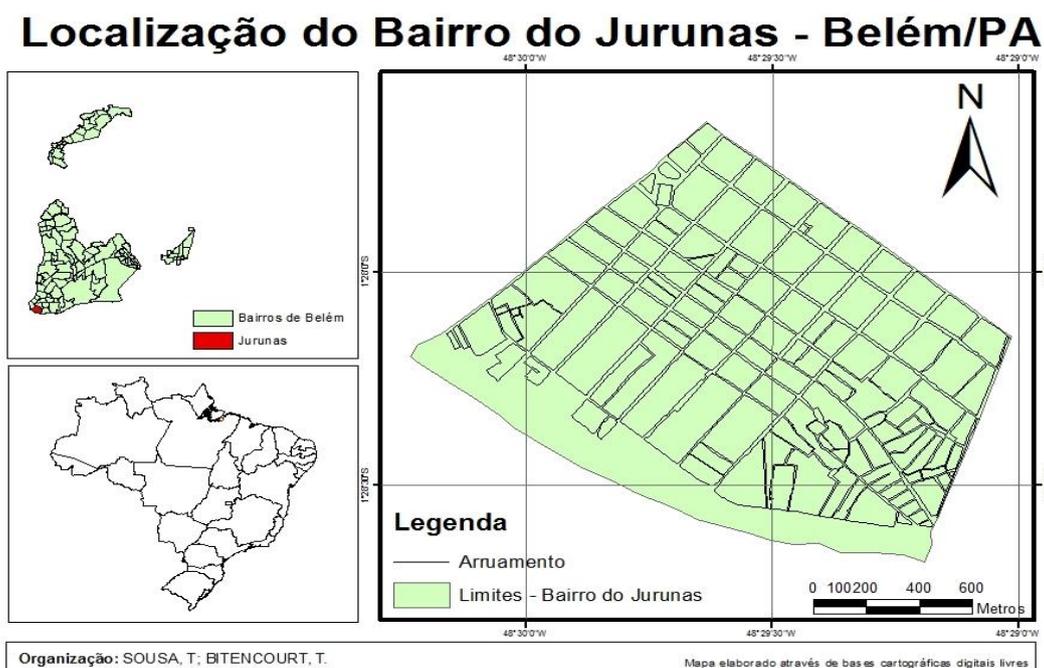


proporciona uma crescente desigualdade sócio-espacial e o aumento da violência na localidade, observando os anseios populacionais.

A metodologia adotada no decorrer da pesquisa procedeu-se por pesquisas sistemáticas de cunho exploratório nas bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade do Estado do Pará (UEPA) e pesquisas em bibliotecas *online* de diversas universidades. Além disso, pesquisas na Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão com o objetivo de colher informações significativas para o desenvolvimento do tema proposto.

Sendo assim, nossos objetivos são: Abordar as questões que envolvam a violência no bairro de periferia de Belém, Jurunas, buscando identificar os fatores que influenciam na prática da criminalidade; Identificar os precedentes de formação territorial, o crescimento populacional e sua dinâmica; Compreender, além da urbanização da periferia, outros motivos que levaram o desenvolvimento da violência no Jurunas; Abordar a periferização e territorialização da violência, decorrentes das diferentes formas de uso do solo urbano. O bairro do Jurunas está localizado na zona sul da cidade de Belém, tendo seus limites, parte delimitado pelo rio, parte delimitado pelo arruamento. Sua área total é de 6221 m².

Figura 01 - Mapa de Localização do Bairro do Jurunas – Belém/PA



Fonte: SOUSA, Thiago; BITENCOURT, Thiago.



2. A OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA DO BAIRRO: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Em sua grande maioria a população do bairro Jurunas é formada por migrantes ou filhos de migrantes, oriundos do baixo e médio Amazonas ou das áreas ribeirinhas próximas a Belém: do rio Guamá e seus afluentes Acará, Moju e Capim (cidades de Acará, Bujaru, Igarapé-Miri, Moju, São Domingos do Capim); do rio Tocantins e seu afluente Pará (cidades de Abaetetuba, Barcarena, Baião, Cametá, Portel); da ilha do Marajó (cidades de Soure, Breves, Chaves, Afuá, Muaná); de ilhas localizadas às proximidades da foz do rio Amazonas (Caviana, Mexiana, ilha da Preguiça, ilha dos Macacos, ilha dos Papagaios), assim como do médio Amazonas (Alenquer, Gurupá, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Santarém).

Apesar de serem, em sua grande maioria migrantes ou descendentes de migrantes, residem há muito tempo no bairro. O período de maior mobilização deles foi nas décadas de 1950 a 1970 segundo o IBGE, período conhecido como o de grande incremento populacional do bairro.

Segundo dados oficiais, a população do Jurunas aumentou em 100% de 1950 a 1960, passando de 15.000 para 30.000 habitantes. De 1960 a 1970, cresceu quase na mesma proporção, passando de 30.000 para cerca de 50.000 pessoas e, em 1980, os 60.000 habitantes, população que permanece estável nos dias atuais. Atualmente é o 4º bairro mais populoso de Belém, com 66.823 moradores em 13.397 domicílios, e o 2º mais densamente povoado, com 29,28 hab./km², sendo o 1º o bairro da Condor, com 30,38 hab./km².¹

Principalmente a área mais baixa e próxima ao rio apresenta grande concentração de migrantes originários das cidades e localidades ribeirinhas citadas, enquanto nas áreas mais centrais do bairro, atualmente os espaços mais urbanizados e bem estruturados, com a presença de edifícios e um grande e variado comércio local a presença de migrantes interioranos é equivalente à presença de migrantes de outros bairros, nascidos na capital ou em outras cidades da Amazônia ou em outras regiões brasileiras.

Na Avenida Bernardo Sayão existe uma estrutura complexa que inclui atividades industriais, comerciais (a categoria vendedor/a apresenta o maior leque de opções: ambulante, de carros, de cosméticos, de churrasco, de peixe, de picolé, de produtos farmacêuticos, de

¹ Anuário Estatístico do Município de Belém, 1998. v. 5. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 1999, p. 39, 40, 45.



açaí), portuárias (as atividades portuárias estão presentes através de portos diretamente vinculados aos estabelecimentos comerciais, usados para receber ou escoar seus produtos, ou voltados exclusivamente ao transporte de produtos e passageiros) e residenciais, em um espaço exíguo paralelo à rua, ocupado, do lado da cidade, por pequenas casas de madeira que se comprimem entre a estrada e um valão e, do lado do rio, por pequenos, médios ou grandes estabelecimentos comerciais, com a aquiescência ou simples indiferença dos poderes públicos quanto ao uso e apropriação do espaço.

Hoje, após intensa ocupação da área, os dois lados da avenida estão igualmente tomados por estabelecimentos comerciais, em muitos casos em espaços contíguos às residências ou mesmo compartilhando as funções residenciais e comerciais.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO, PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A VIOLÊNCIA

Retornando ao conceito de exclusão em seu sentido mais estritamente social, alguns autores como o sociólogo José de Souza Martins (1997) tem preferência em utilizar o termo inclusão precária ao invés de exclusão social. O autor propõe uma análise da leitura sociológica-política, e não economicista, ele afirma que:

[...] rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações [...] constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. (MARTINS, 1997, p. 14).

Em conformidade, Martins (1997) não alimenta a existência da exclusão social, o que existe é uma contradição causada pelos processos sociais, políticos e econômicos que terminam por gerar certa segregação, pois esses processos estão de acordo com a lógica do sistema, ou seja, representam as elites que estão no poder, porém de certa forma, a população pobre tem uma participação nesse sistema, mesmo que seja de forma precária não significando uma exclusão.

A sociedade capitalista "tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado". Ela desenraiza e exclui para depois incluir segundo as suas próprias regras. É justamente aqui que reside o problema: nessa inclusão precária, marginal e instável (MARTINS, 1997, p. 30-2).



Nesse contexto Martins (1997) vai sugerir a existência de uma sociedade dupla, abrigo de duas humanidades: uma humanidade constituída de integrados, ou seja, de uma população de pobres e ricos inseridos nas atividades econômicas e com lugar garantido no sistema de relações sociais e políticas; e uma sub-humanidade, incorporada por meio do "trabalho precário no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, escusos" e que se baseia "em insuficiências e privações que se desdobram para fora do econômico".

As áreas de ocupação espontânea são reflexos de uma sociedade que se urbanizou de maneira acelerada. E, ao mesmo tempo, reflexo de um modelo de desenvolvimento excludente e desigual, onde dessa forma, esses aglomerados humanos de exclusão se tornaram uma das características mais marcantes dos países subdesenvolvidos que não conseguiram evitar um dos graves problemas enfrentados por eles, ou seja, relacionados à questão da moradia, habitação digna e de qualidade para a população de baixo poder aquisitivo.

Couto (2012) explicita como o planejamento da cidade contribui para a formação de periferias:

O planejamento da cidade, nas últimas décadas, negligenciou os problemas de suas periferias, priorizando os investimentos na área central, obedecendo a um modelo de desenvolvimento urbano que estava articulado com interesses da classe média da cidade. Nesse sentido, a periferia excluída passou a fazer parte de um processo de construção do espaço urbano segregador e criador de um tecido socioespacial fragmentado. (COUTO, 2012. p. 05)

Para entender o contexto de muitos bairros de periferia na (re)produção da violência, Rogério Haesbaert (2002), mostra a existência de "aglomerados da exclusão", os quais são locais de extrema insegurança e instabilidade, onde a miséria e a pobreza estão impregnadas.

Quando a urbanização é feita de maneira planejada e organizada proporciona significativos benefícios para os habitantes. Entretanto quando não há esse planejamento urbano as problemáticas sociais se multiplicam, exemplo disso é o aumento da degradação ambiental, da criminalidade, da poluição, e das sub-habitações. Com esse crescimento populacional nos centros urbanos, ocasionado por diversos fatores, um deles o êxodo rural, onde a população se desloca do meio rural para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, ocasionando inevitavelmente o aumento da criminalidade.



Com esse crescimento desordenado do centro urbano, as mazelas sociais acabam se difundindo, e provocando insatisfação social, por falta de políticas públicas que atendam às necessidades da população, Milaré (2005) diz que:

Os elevados índices de urbanização e, inversamente, os baixos níveis de urbanismo vêm criando situações insustentáveis para o Poder Público e a coletividade. O inchaço doentio dos centros urbanos (aumento desregrado da população) não tem encontrado o contrapeso das estruturas urbanas necessárias (moradia, trabalho, transporte e lazer), gerando-se daí formas endêmicas de males urbanos. E – o que é pior – o fascínio das cidades e a concentração populacional crescem sem o necessário controle quantitativo e qualitativo desse crescimento. (MILARÉ, 2005, p. 717).

Para entendermos a urbanização e o espaço habitado devemos buscar a compreensão de suas concepções. Para Milton Santos (1978) o espaço é apresentado como um fator social ligado também à sua reflexão social, o autor afirma que: “(...) o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia.” (SANTOS, 1978, p. 145).

O processo histórico é de fundamental importância para a compreensão do espaço, se faz necessário à percepção do tempo passado e do presente para o entendimento do espaço. O espaço precisa ser considerado como totalidade, considerando historicamente os processos tanto do passado como do presente. O espaço é resultado e condição dos processos sociais, (SANTOS, 1978).

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

O autor é categórico em afirmar que para se entender a desenvolvimento do espaço, é necessário o conhecimento do tempo histórico, da interação entre o espaço e o tempo, só assim entenderemos as várias formas de organização espacial. O mesmo expõe que:

Seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência no tempo histórico, (...) a sociedade evolui no tempo e no espaço. O espaço é o resultado dessa associação que se desfaz e se renova continuamente, entre uma sociedade em movimento permanente e uma paisagem em evolução permanente. (...)



Somente a partir da unidade do espaço e do tempo, das formas e do seu conteúdo, é que se podem interpretar as diversas modalidades de organização espacial (SANTOS, 1979, p. 42-3).

A produção do espaço então é formada e baseada em seus processos históricos, no seu tempo histórico. Devemos levar sempre em consideração a sua formação histórica, pois sem ela não entenderemos a organização espacial presente, e a estrutura social.

4. O CAPITALISMO COMO (RE)ORGANIZADOR DO ESPAÇO URBANO

As transformações no processo de reprodução da sociedade se realizam concretamente no processo de reprodução espacial gerando novas contradições, como consequência da socialização da sociedade que tem por essência a urbanização que se revela na planificação racional do espaço, na industrialização global. Esse processo pode ser analisado no espaço metropolitano.

Enquanto do ponto de vista da realização econômica, o processo de desconcentração industrial; do desenvolvimento de novos setores da economia (apoiada no desenvolvimento técnico) que ocorre na metrópole produz o fenômeno da "raridade do espaço"; do ponto de vista da reprodução social, a perda dos referenciais urbanos, produzidas pelas rápidas mudanças cria o estranhamento. (CARLOS, 1996).

Segundo Carlos (1996) o processo do sistema capitalista quando levamos o mesmo para problematização das divergências sociais é algo notável já que o próprio sistema de produção capitalista, não somente é capaz de produzir o lucro, mas também, é capaz de gerar regiões divergentes, de outra forma, cria e recria a paisagem urbana, sempre obedecendo a suas vontades de produção em relação ao sistema de produção global.

Partindo desse pressuposto as diferenças de classes dentro de uma mesma sociedade é algo claro. Pois essas divergências são consequências desse processo produtivo, que necessita que ocorra uma localidade marginalizada e uma mais rica, o que para Milton Santos (1996) seriam os pontos luminosos e opacos. Em que a necessidade de exploração é umas das principais características desse sistema. A violência então seria uma consequência disso tudo, pois a caracterização do social em que o homem se encontra é associada as suas necessidades em que não consegue abastecer, Carlos (1996) afirma que:



A contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento da reprodução espacial; porque em uma sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais à forma mercadoria, servindo às necessidades da acumulação através das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares que, também, se reproduzem sob a lei do reprodutível a partir de estratégias da reprodução. (CARLOS, 1996, p. 74).

Carlos (1996) realiza uma abordagem sobre o processo desigual relaciona a lógica capitalista como agente modificador do espaço urbano, como consequência as desigualdades sociais:

A ocupação do espaço da cidade, submetida à existência da propriedade privada do solo urbano, é produto da expansão da urbanização capitalista apoiada na generalização do valor de troca no espaço, fazendo com que o acesso à cidade seja mediado necessariamente, pelo mercado imobiliário. A disseminação da propriedade da terra na cidade está assentada, nas sociedades capitalistas, no direito à propriedade, isto é, no acesso privado à vida na cidade, fato que se constitui como uma base sobre a qual se assentam as relações sociais. (CARLOS, 1996, p. 73).

Com isso percebe-se que o espaço tende a não atender as necessidades do espaço em si, mas as necessidades econômicas externas, ou seja, uma adaptação no espaço a favor de uma lógica capitalista. Para Ana Fani (1996) essa lógica é representada no espaço pelas privatizações, junto parceria a política estatal, em que a autora afirma:

[...] Nesse contexto, o espaço é fragmentado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo se redefinem, constantemente, em função da contradição crescente entre a abundância e escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada, e uma nova forma de dominação do espaço, que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado. Deste modo, o espaço é produzido e reproduzido, de um lado, enquanto espaço de dominação – como estratégia do Estado, portanto política - e de outro, como mercadoria reprodutível [...]. (CARLOS, 1996, p. 75).

Em relação a isso, pode-se afirmar que o processo de urbanização, e/ou processo de formação espacial está intimamente ligado às necessidades comerciais, obedecendo em conjunto ao Estado. Com isso, as fragmentações são vigentes em qualquer espaço urbanizado, pois está relacionado ao processo de crescimento econômico de ordem global, o capitalismo.

Com isso podemos perceber que na localidade aonde foi realizada o lócus da pesquisa, bairro do Jurunas, as constantes e visíveis situações de violência, pode-se dizer que seria pelo



fator primordial da economia. Pois, o próprio processo de formação e organização do espaço segue a lógica de produção capitalista.

Com isso Carlos (2011) afirma que o capitalismo é formador e reorganizador do espaço urbano, com isso o espaço faz jus ao seu formador, nascendo às contradições sócio-espaciais, e consequentemente a violência, e expõe que:

Nós geógrafos vemos as diferenciações gritantes impostas à paisagem – tanto urbana quanto rural – pelo processo de produção espacial determinada pelas necessidades e objetivos da lógica da reprodução ampliada do capital. Tal lógica é imposta pela violência. A partir das formas tentamos produzir um entendimento da cidade em seus vários aspectos. (CARLOS, 2011, p. 82).

Logo, a própria produção do espaço deriva das relações desiguais estabelecidas pela produção do espaço capitalista. Com isso surgem também, os espaços marginalizados ou pobres, e os espaços mais ricos, e com isso conclui:

A produção espacial é expressão das contradições da sociedade que aparece na paisagem pela justaposição de riqueza e pobreza, beleza e fealdade. É uma segregação espacial decorrente do desenvolvimento das relações capitalistas cuja natureza está no modo de exploração do trabalho pelo capital, fundado na apropriação pelo ter, isto é, pela condição de proprietários de bens. (CARLOS, 2011, p. 82).

Com isso, poderemos perceber que a violência muitas vezes é gerada pelo fator de posse, de querer possuir algo que sua produção econômica não permite ter. Pois, o espaço é visto como meio de produção, e que os *status* sociais são estabelecidos pelo que se pode ter.

Segundo Carlos (2011) o homem é um ser da história, ou seja, modifica-se e com isso seu espaço também. Contudo, o espaço urbano atual, atendendo as necessidades da produção capitalista, em que é facilmente constatável que o que há de mais característico no capitalismo é o seu processo de acumulação ocorrer à custa do trabalhador e da sociedade como um todo, principalmente nos países subdesenvolvidos, a autora finaliza dizendo que:

Assim o homem produz um mundo com o qual parece não se identificar. O espaço que ele produz. O espaço que ele produz, no processo de reprodução e o Estado tem um papel fundamental para a reprodução do sistema e interfere produzindo infraestrutura e todo o aparato necessário à reprodução ininterrupta do processo de acumulação do capital. (CARLOS, 2011, p. 82-83).



Levando em consideração essa lógica, fora das “linhas de produções”, ou seja, fora das fábricas, seu mundo passa a ter um olhar diferente. Encontra um mundo fora das fábricas, relacionado as coisas, as mercadorias, ao consumo, pois agora o homem deixou de ser produtor do bens de consumo, e agora fora das fábricas tem por obrigação consumir, pois essa é a “lei” da lógica capitalista. E com isso percebe-se, não somente no bairro em análise, mas em todos os espaços urbanos, pois essa é consequência contraditória do sistema econômico global.

5. O TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES DE PODER

O conceito de território possui uma crescente repercussão, tendo em vista que é de fundamental importância para nortear alguns estudos da geografia. Deve-se também ressaltar que os outros diversos conceitos se fazem extremamente importantes dentro da geografia, podendo ser assim utilizado como um instrumento de leitura e interpretação da realidade.

Dessa maneira, para Souza (1995), o território é um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, desta maneira o território seria as relações de poder que se dão em um determinado espaço as quais ocorrem em redes, em uma troca constante de energia e informação, isto é, por meio do trabalho, trabalho relacionado a qualquer energia empregado com um determinado conhecimento, em todos os níveis de relações. Podemos então afirmar que a abordagem se dá inicialmente na origem dos problemas, pois é a partir destas relações que teremos as causas das condições materiais e sociais.

Em síntese, podemos afirmar que o território é o produto das relações desiguais de forças, as quais envolvem o domínio ou o controle do espaço político-econômico e sua apropriação simbólica, sendo ele conjugado e reforçado entre forças mútuas, ou desconectados, porém contraditoriamente articulados (HAESBEART, 2004).

As relações de poder são muitas vezes confundidas, quem possui o poder absoluto não precisa se dispor da violência para exercer o que deseja. Desta forma são as relações de poder, por meio de diferentes atores, que se apropriando do espaço vão formar os territórios, imprimindo nestes suas características relacionais de acordo com seus objetivos, que podem ter influências de ordem econômica, política, cultural e até mesmo do meio natural.

O território pode ser constituído por vários contextos, e também pode possuir características temporais ou permanentes. Portanto não podemos excluir qualquer conceito,



pois depende do contexto. Por esse motivo, pode-se perceber a importância do território para a geografia, como um instrumento de leitura das dinâmicas existentes no espaço.

O território como objeto de pesquisa e estudo, possui várias conceituações. Para Milton Santos o território é diferente de espaço, ele conclui que:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. (SANTOS,1996, p.51).

Para Raffestin (1993) o território além de ser diferente do espaço, ele é formado a partir do próprio espaço. O espaço se transforma em território com a apropriação do homem, e das modificações ocorridas pela ação antrópica, ele afirma que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Raffestin (1993) afirma também que a concepção de território está ligada de forma intrínseca com as relações de poder que ocorrem no próprio desenvolvimento do espaço, entretanto ainda de forma categórica expondo que o a concepção de território é diferente da conceituação de espaço, afirma que:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Saquet (2004 *apud* CANDIOTTO, 2004) parte do pressuposto que o território é produzido por relação de poder e construído em curto ou longo prazo, temporário ou permanente, segundo o autor:

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação. (SAQUET , 2004, *apud* CANDIOTTO, 2004, p. 81).



Para Andrade (1995) a concepção de território não pode ser confundida com a de espaço, ou de lugar. O autor afirma que o território estará ligado a ideia de poder, independentemente se o poder é o público, estatal, ou privado, das grandes empresas, segundo ele:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

Neste caso, percebemos que a noção de território ultrapassa a concepção de que o Estado é a única entidade que mantém poder. Então, podemos afirmar que o poder se manifesta de várias formas sem o mínimo de intervenção estatal, o poder minúsculo pode ser praticado em qualquer lugar e por qualquer agente para manter um domínio territorial.

6. VIOLÊNCIA E CRIME: A NECESSIDADE DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS

A segurança pública exerce um papel preponderante na atuação de “intervir” e “explicar” as ações de violência e criminalidade. Para que seja compreendido suas causas deve-se fazer previsões confiáveis. Portanto, busca pela essa compreensão das causas possibilitará intervenções em aspectos decisivos para o controle das práticas criminosas e violentas. (BEATO, 2012). Assim esse conhecimento deve ser construído em bases sólidas e científicas com o objetivo de servir de orientação aos programas de políticas públicas.

Beato Filho (2012) demonstra como a ideia de violência e criminalidade é perpassada como um campo disciplinar:

No Brasil, ainda estamos iniciando a criação desse campo disciplinar. Um de nossos pioneiros em violência e criminalidade dizia que esta não era propriamente uma área do conhecimento, mas um terreno baldio onde proliferam suposições, preconceitos, senso comum, magia e palpites mais ou menos bem intencionados. Assim, não é por acaso que poucos atentaram para a magnitude assumida pelo problema hoje, e tampouco temos cenários do seu desenvolvimento futuro ou previsões confiáveis. (BEATO F., 2012, p. 27)

Neste sentido, em qualquer situação, tal como, os rumos tomados pelo país para o desenvolvimento estrutural seguido nas últimas décadas, ou simplesmente, pela falta de um



conhecimento científico orientado pelo conhecimento empírico é provável que a própria necessidade busque a criação de um desenvolvimento sistemático para o estudo da violência e criminalidade, assim como ocorreu nos anos 1960, quando os graves problemas na economia do país possibilitou a profissionalização de cidadãos para lidar com eles.

Não basta, portanto, tratar de violência e crime como algo que deve ser compreendido apenas com o conhecimento empírico e/ou científico isolado um do outro. Para se ter êxito nas políticas contra o crime a violência é necessário pensar e estudar cada caso cientificamente embasado em eventos do cotidiano na busca de uma resposta sólida, que traga, de fato, resultados satisfatórios.

7. CONDIÇÃO SOCIAL VERSUS VIOLÊNCIA

Há quem considere violência uma característica contemporânea, que emana da evolução do homem, da globalização, da exclusão, e dos diversos níveis sociais.

Ocorre que a violência, e por consequência a criminalidade, não se encontram restritas a esse ambiente. Quem assim pensa só conhece a violência atual das megalópoles, e já se equivoca por quanto desde os primórdios. Alguns homens cometem crimes levados pela influência do meio em que vivem. Nesse passo, “condição social” abarca uma gama de características, quais sejam:

- a) Condição econômica – renda insuficiente ou inexistente (oportunidade de trabalho);
- b) Formação de caráter – estrutura familiar na qual foi criado e na qual vive atualmente, (educação – escola / creche);
- c) Condições dignas de moradias – habitação com infraestrutura adequada (ser humano);
- d) Outras;

Esse modelo de condição social pode ser visivelmente percebido em áreas de periferia que cresceu frente à ocupação espontânea sem o mínimo de infraestrutura e planejamento urbano para atender a densidade populacional do local como é o caso das localidades faveladas do bairro do Jurunas. A parte periférica do bairro não dispõe de recursos que



contribuem para a socialização e integração da comunidade. Logo, tais fatores contribuem para a formação contínua de espaços de segregação e marginalização de pessoas, em especial, os jovens se envolvem facilmente com a criminalidade.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho é apresentar uma análise a partir de observações ocorridas sobre a problemática em questão. O processo de urbanização desordenado e perverso ocorre principalmente nas grandes metrópoles. Belém, assim sendo, composta por um bairro cujas peculiaridades urbanas nos chamaram a atenção, por perceber que assim como os referenciais teóricos compostos nesse trabalho, há uma semelhança espacial. Com isso percebemos que os problemas enfrentados pelo bairro do *Jurunas*, não é algo particular dessa região, ou seja, os problemas que encontramos aqui com relação à organização espacial referentes aos diversos precedentes citados, e conseqüentemente fator gerador da violência, é algo que infelizmente é presenciado em âmbito nacional e global.

No decorrer no trabalho percebem-se fatores importantíssimos, que exprimem a essência dos problemas citados. Em que o processo de organização econômica global é fundamental para não somente para o dito econômico, mas para a própria organização espacial. Contudo, essa organização é contraditória, pois o próprio sistema capitalista que é imposto segue uma lógica de contradição.

Com isso a própria aceitação no espaço marginalizado, ou seja, longe dos centros “mais ricos” fazem essa contradição espacial, levando sempre em consideração o fator sócio-político-econômico. E levar em considerações às referências intelectuais postas no trabalho foram de grande importância para que pudéssemos compreender melhor esses processos de divergências com relação com a violência urbana. Sendo assim, nossos objetivos são: Abordar as questões que envolvam a violência no bairro de periferia de Belém, *Jurunas*, buscando identificar os fatores que influenciam na prática da criminalidade; Identificar os precedentes de formação territorial, o crescimento populacional e sua dinâmica; Compreender, além da urbanização da periferia, outros motivos que levaram o desenvolvimento da violência no *Jurunas*; Abordar a periferação e territorialização da violência, decorrentes das diferentes formas de uso do solo urbano.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

BEATO FILHO, Claudio C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012

BELÉM. SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEGEP. **Anuário estatístico de Belém**. BELÉM: PMB, 2006.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. São Paulo, CONTEXTO, 2011. (Repensando a Geografia).

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo, EDUSP, 1996.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Do Global ao Local: A geografia do narcotráfico na periferia de Belém**. Cadernos de Segurança Pública, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. et al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. _____ **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo. Paulus, 1997.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Geografia e violência urbana**. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino (orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Contexto, 2012.

SANCHES, Sandy Bouth; COUTO, Aiala Colares de O. **O Tráfico e a periferia: a (re) produção da violência urbana na cidade de Belém – PA**. Porto Alegre, 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M.A.A. (org). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: AMPUR, 1994.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.



SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SOUZA, M.J.L. **Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: GOMES, P.C.C.; CASTRO, I.E.; CORRÊA, R.L.(org). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1995 (Pp.77-116).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.